



USUÁRIO

Login
Senha
☐ Lembrar usuário

[CAPA](#) [SOBRE](#) [ACESSO](#) [CADASTRO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#) [ANTERIORES](#) [REVISTAS](#)

Capa > n. 2 (2014) > **Fank**

NOTIFICAÇÕES

- [Visualizar](#)
- [Assinar / Cancelar assinatura de notificações](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Todos

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

[Ajuda do sistema](#)

SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E SUA ADERÊNCIA AS DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS: UM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA 31ª SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAPIRANGA-SC

Odir Luiz Fank, Ademir Rohden, Vilson Sothe

Resumo

novo enfoque impondo aos Municípios a necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno, além do controle da execução orçamentária, a fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial, bem como a necessidade de verificar a legalidade dos atos administrativos e o cumprimento dos programas de trabalho. Nessa premissa os sistemas de controle internos devem munir os administradores com informações, a fim de auxiliar no gerenciamento dos recursos públicos. Este trabalho tem como objetivo geral verificar como são os mecanismos adotados pelos Sistemas de Controle Interno nos Municípios de abrangência 31ª Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Itapiranga-SC, e como objetivos específicos verificar sua importância e limitações no processo de gestão. Após uma abordagem conceitual acerca do controle, especialmente dos controles praticados junto à administração pública, foram elencadas circunstâncias ou situações consideradas como condicionantes para o efetivo funcionamento do sistema de controle interno nos municípios. Foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, onde foi verificado como cada município atende os critérios apresentados. A análise dos questionários respondidos comprovou a validade das condicionantes apresentadas na fundamentação teórica, evidenciando a necessidade de sua observância para o efetivo funcionamento do sistema de controle interno nos municípios. Os resultados apresentados com o estudo mostram que os municípios analisados atendem na maioria dos casos as normas de controle interno aplicada ao setor público, mas que ainda existe um longo caminho para o cumprimento de forma integral das mesmas.

Palavras-chave: Administração Pública. Sistema de Controle Interno. Aderência as Normas Legais.

Referências

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- _____. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Presidência da República. Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2013.
- _____. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2013.
- CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CATELLI, Armando (Coord.). Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica - GECOM. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T- 16.8 – Controle Interno. Disponível em: . Acesso em: 05 jan. 2014.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. Manual de Controle Interno. Um guia para a implantação e operacionalização de unidades de controle interno governamentais. Disponível em: http://eventos.fecam.org.br/arquivosbd/paginas/1/0.122652001304365618_manual_de_controle_interno_cgu_versao_final.pdf Acesso em: 10 dez. 2013.
- CRUZ, Flavio da. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 1997.
- FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NASCIMENTO, Auster Moreira (Org.); REGINATO, Luciane (Org.). Controladoria: Um enfoque na eficácia organizacional. São Paulo: Atlas, 2007.
- RAMPAZZO, Sônia Elisete. CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. Desmistificando a metodologia científica: Guia prático para produção de trabalhos acadêmicos. Erechim: Hábilis, 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (Coord.). Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina Ed. atualizada com 49 Emendas Constitucionais. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2009. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2013.
- SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: Um Enfoque na Contabilidade Municipal. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Resolução nº 16 de 27 de dezembro de 1994: Estabelece o sistema de comprovação e de demonstrações contábeis, por meios informatizado e documental, da UG da Administração do Estado e dos Municípios de SC, pertinentes ao controle externo exercido pelo TC, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2013.

Texto completo: [PDF](#)

Apontamentos

Não há apontamentos.